

TRADUÇÃO DO MARXISMO NO BRASIL: CAIO PRADO JUNIOR

Translation of marxism in brazil: caio prado junior

Lincoln **SECCO** (Professor de História Contemporânea da FFLCH – USP, São Paulo, Brasil)

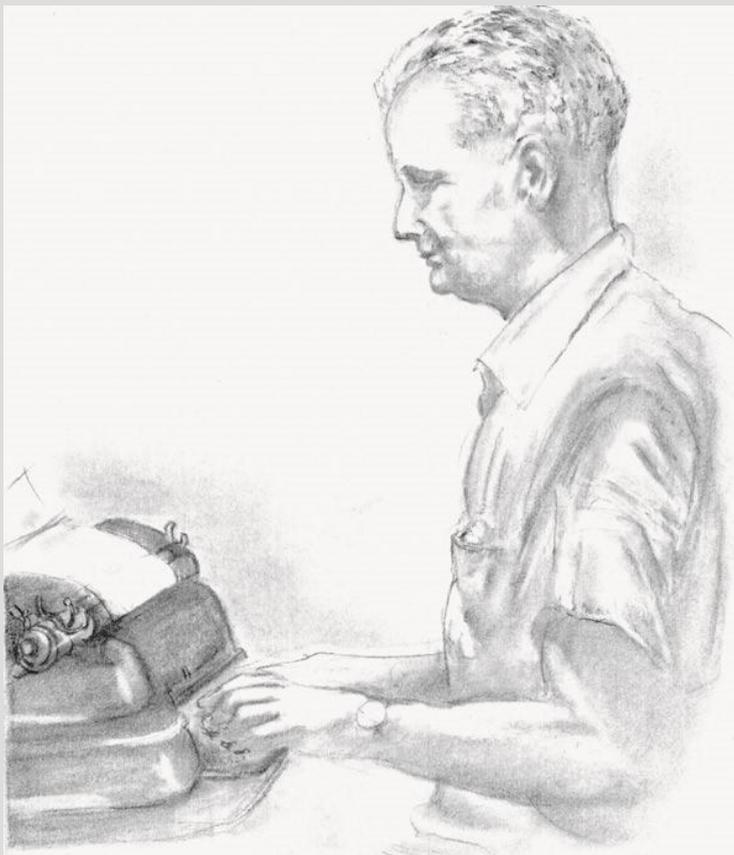
No curso sinuoso de sua história, o Brasil não conheceu revoluções. Ao menos verdadeiras mudanças rápidas e efetivas de estruturas. Afinal, Karl Marx não costumava imaginar a revolução como um fenômeno de países “atrasados” ou coloniais. Ao contrário, ela seria produzida preferencialmente por um amplo proletariado de fábrica em países industrializados. Todavia, o século XX inverteu aquela fórmula e viu as revoluções triunfarem, sem exceção, fora da Europa Ocidental.

Essa situação trouxe um problema sério para os marxistas que agiam fora daquela parte desenvolvida do Velho Mundo: o da suposta transplantação de uma teoria pensada na realidade “avançada” para uma realidade periférica.

Os revolucionários da periferia tiveram que utilizar o marxismo para estudar situações novas, para as quais aquele instrumental não estava adaptado. Pensemos no próprio Lênin que teve que resolver o problema das alianças políticas na Rússia. Ora, o marxismo dominante da II Internacional não tinha as alianças como uma questão simplesmente porque em países como a Alemanha a classe operária parecia crescer ininterruptamente, de tal modo que a tomada do poder (mesmo pela via eleitoral) era quase um produto necessário do processo automático de reprodução ampliada do capital (o qual gerava também o aumento da classe trabalhadora urbana).

Pode-se dizer que em termos globais, a previsão marxista da diminuição do campesinato se revelou correta, mas muitos decênios depois da Revolução Russa (com exceção ainda da China e da Índia). Na época de Lênin, a questão camponesa era algo de imediato interesse de um partido que buscava representar os operários urbanos.

Da mesma forma, podemos citar Gramsci, o qual teve que tratar do problema da unificação incompleta da Itália (Risorgimento). Ao tentar responder sobre as causas da derrota da revolução na Europa Ocidental (Alemanha, Itália e Hungria), ele teve que se voltar para questões locais ou nacionais. Igualmente o peruano José Carlos Mariátegui tratou da questão indígena, assim como Caio Prado Júnior estudou especialmente a questão colonial. Também aqui, o marxismo não fornecia ferramentas suficientes para a caracterização de sociedades que não foram produzidas pela evolução do feudalismo na direção do capitalismo.



Caio Prado Júnior

Nosso homenageado nesta edição é o companheiro Edgard Carone, comunista e professor de várias gerações de historiadores da USP. Dono da obra mais importante sobre a República Velha e o movimento operário no Brasil e de invejável biblioteca marxista. Invejável mesmo!

Tradução do Marxismo

Nos anos 30 parte da intelectualidade brasileira buscava redescobrir o país, entender sua identidade, perscrutar seu passado e encontrar uma maneira de incorporar os dados “estrangeiros” de nossa cultura (língua, literatura, teorias mal assimiladas ou copiadas) a uma visão nacional, singular, única. Só assim seria estabelecida a contribuição cultural brasileira ao mundo. Não se tratava de negar o universal, mas de encontrá-lo numa particularidade concreta. O modernismo teria grande impacto naquele momento. Tratava-se de combinar um conteúdo nacional com a forma de vanguarda buscando uma síntese nova.

Caio Prado Junior, membro do Clube dos Artistas Modernos de São Paulo, conviveu intensamente com essa vanguarda. Buscou nutrir-se do que havia de mais novo na cultura européia e não só no que tange ao marxismo. Ele integrou como aluno a recém fundada Universidade de São Paulo (USP), seguindo os cursos e trabalhos de campo dos geógrafos franceses. Mas sempre com um intuito: conhecer o Brasil.

Esse conhecimento do Brasil estava em primeiro lugar. Ele leu Oliveira Viana antes de Marx, integrou o Partido Democrático antes do PCB e apostou na Revolução de 1930 antes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual viria a ser vice-presidente regional em São Paulo. Escreveu “Evolução Política do Brasil” (1933) antes de estudar a economia e a sociedade soviéticas no livro “URSS: Um Novo Mundo” (1934). O marxismo que ele buscava incorporar não podia ser copiado, como ele mesmo dizia. Precisava ser traduzido.

Aqui apelamos para o conceito gramsciano de tradução. Gramsci se questionava sobre o que havia de universal na experiência bolchevique e o que havia de profundamente particular. Ou melhor: como traduzir uma experiência histórica de potencial humano-universal em outra realidade? Ele argumentava, por exemplo, que a linguagem da política revolucionária francesa correspondia à linguagem da filosofia clássica alemã: “Emmanuel Kant decapitou Deus; Maximilen Robespierre, o rei”. Traduzir, portanto, não é encontrar apenas correspondências de conteúdo, pois a ação dos filósofos alemães não era a mesma dos políticos franceses. É preciso encontrar a forma particular que um conteúdo universal necessita assumir em cada contexto histórico. Podemos observar isso claramente na literatura: as chamadas escolas literárias legaram ao Brasil suas formas, seus temas. Mas os autores mais inventivos entre nós foram aqueles que inseriram conteúdos e cores locais nas formas estrangeiras. Foi o caso de alguns autores do romantismo e de vários outros depois.

Daí que Caio Prado Junior encontrará na História o ponto de partida para sua interpretação marxista do Brasil. Afinal, ele necessitava traduzir (no sentido de Gramsci) o marxismo, o que significava: encontrar na história a particularidade brasileira. Não queria vestir a nossa história com fórmulas universais, mas fazer o inverso: encontrar as formas próprias de articulação de nossa cultura com o marxismo.

Ao fazer isso, Caio Prado Junior não partia do zero. Ele se apoiava em pioneiros. Sua idéia da permanência exportadora da economia brasileira estava embrionariamente na obra de Lemos Brito, J. Normano e Roberto Simonsen.

A idéia de um “capitalismo colonial”, de um país desde o princípio imerso nas redes do comércio mundial capitalista fora antecipada por Roberto Simonsen. A adoção do ano de 1800 como o melhor posto de observação da nossa formação histórica (feita em “Formação do Brasil Contemporâneo”) era de Capistrano de Abreu. O que seria ir além de historiadores sem ligação orgânica com o movimento operário? Para Caio Prado Junior era criar uma linguagem (o marxismo no Brasil) para subsidiar a ação de uma base popular (PCB). Sua obra era

interessada: conhecer o Brasil do presente para mudá-lo. Assim, ele supera seus antecessores para mostrar que o Brasil nunca foi um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento. O país sempre foi pobre e rico, desenvolvido e atrasado dependendo do ciclo da economia que observamos no tempo: “infância, juventude, adolescência, maturidade, velhice e senilidade encontram-se presentes em nosso país e em sua economia, hoje como em qualquer época do passado”. Assim, se fizermos um gráfico representativo da economia colonial, encontraremos não várias curvas de produtos diferentes em seqüência, mas muitas curvas superpostas e se entrecruzando. Enfim, ao contrário de Roberto Simonsen e do historiador português João Lúcio de Azevedo, Caio Prado Junior não viu ciclos em seqüência (do pau Brasil, do açúcar, café etc), mas uma superposição de ciclos cuja lenta evolução ora punha um ou outro em relevo e sobreposto.

Ir além daqueles historiadores significou encontrar uma estrutura exportadora que se repõe apesar dos conteúdos diversos. Prestemos atenção: ele rejeita a determinação simples, o economicismo (esta forma de idealismo), sem perder de vista o primado ontológico do modo de produção na explicação da formação social. Mas o faz sem apelar para a simples aplicação desses conceitos, sem sequer citá-los, pois sua teoria está entranhada na narrativa histórica.

Temos que lembrar que Caio Prado não procurava fazer definições categóricas. Não porque fugisse delas, mas porque entendia a dialética como um processo ainda não suficientemente formalizado e que só podia se exprimir numa linguagem ainda metafísica. Seu dever seria, portanto, mesmo utilizando a linguagem formada por séculos de pensamento metafísico, tentar escapar de definições e expor movimentos, processos e relações. Quando ele falava de dialética, o adjetivo servia para relação e para processo. Em ambos os casos, o isolamento de uma coisa (no primeiro caso) ou de um momento (no segundo caso) significaria uma visão equivocada do real. A Dialética deveria considerar as relações que se dão no espaço e no tempo (processos). Vejamos o conceito de velocidade. “No movimento não existem separadamente as grandezas velocidade, espaço e tempo que se relacionam na equação); é na própria conceituação matemática do movimento, isto é, na determinação da relação que se caracterizam (adquirem existência) tais grandezas. (...). Mas como expressão de movimento, é somente a sua relação que tem sentido (...)”. Ao argumento de que ele desprezaria as entidades relacionadas, as coisas, ele responderia a própria relação “existe também, é um fato real, e não simples obra do espírito. A relação tem portanto uma realidade, tanto quanto os termos a que se aplica”. Mais tarde ele dirá: “Considerados dialeticamente, os fatos sociais somente têm significado como componentes de processo”.

Astrojildo Pereira numa extensa e violenta crítica à obra filosófica de Caio Prado, disse, baseando-se em Jdanov, que ele, “querendo parecer mais marxista do que Engels (e até mesmo do que Marx...) o que na verdade realiza é uma tentativa de revisionismo anti-marxista”. Revisionismo” era a pecha comum a ele destinada.

Indústria

Por falar de processos e não dar atenção às “coisas”, afirmou-se que ele não deu a devida relevância ao nosso processo de diferenciação produtiva interna. Escrevendo nos anos cinquenta contra o capital estrangeiro no Brasil, ele via (como o seu partido) o imperialismo e o latifúndio como obstáculos à emancipação econômica do país. Aqui é preciso dirimir certas ambigüidades em seus críticos.

Caio Prado Junior não opôs os capitais estrangeiros à industrialização do país. Isso seria contrariar seu esquema interpretativo da economia colonial, já que ele foi o primeiro a observar que o centro do sistema precisava desenvolver a colônia para explorá-la. Trata-se de uma contradição dialética (como a de capital e trabalho), mas não de uma mera oposição, pois ambos (centro e periferia) se pressupõem. Caio Prado Junior concebeu a economia colonial como a forma em que essa contradição pode se mover.

Assim, ele não negava o desenvolvimento de uma dinâmica endógena e mesmo de um mercado interno. Apenas afirmava que tal desenvolvimento nunca apagava a relação de dependência. Para ele não fazia diferença para o Brasil adquirir mercadorias industrializadas no exterior ou “por compra realizada junto às filiais de empresas instaladas no Brasil. De um ou de outro modo estaremos sempre saldando nossas aquisições com pagamentos exteriores: no primeiro caso, com o pagamento das importações realizadas. No outro, com os lucros, dividendos, royalties e demais formas de remuneração daquelas empresas estrangeiras aqui instaladas, remuneração essa que somos obrigados a remeter para o exterior e que constitui compromissos que somente podemos saldar com a receita derivada de nossas exportações de produtos primários”. Ou seja, por troca desigual entre campo e cidade (entre produtos agrícolas e industrializados) ou entre setor concorrencial e monopolista (via preços administrados), as empresas multinacionais que resolviam produzir aqui mesmo parte das manufaturas que antes nós importávamos, mantinham, na essência, a mesma transferência colonial de parte do excedente para o exterior.

Note-se, portanto, que o capital estrangeiro (via empréstimos ou investimentos) apresentava (no nosso sistema dependente) aspectos positivos, como a melhora circunstancial das contas externas, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produção e comercialização do café, por exemplo. Mas o seu custo era cada vez maior para o Brasil, já que o excedente aumenta na economia brasileira e com ele a parcela que é transferida ao exterior por múltiplas vias.

Aporia

Conta-se que Albert Souboul costumava dizer que não era um marxista historiador, mas sim um historiador marxista. Poderíamos dizer que Caio Prado Junior também era um historiador marxista, mas com uma diferença: ele acreditava que era um marxista historiador. Toda a sua obra foi voltada declaradamente para a militância política comunista, embora poucos historiadores acadêmicos tivessem o mesmo rigor e a mesma criatividade dele.

Notemos que na sua primeira geração de comunistas, Caio Prado foi o único que se manteve fiel ao partido produzindo uma obra original. Basta compara-lo com Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Leôncio Basbaum. O primeiro foi expulso do partido. Quando retornou, manteve-se um marxista ortodoxo tanto quanto antes (sem ocultar os méritos de sua leitura de Machado de Assis e muito menos sua estatura moral). O segundo só produziu uma obra teórica em 1924 cujo mérito foi apenas o pioneirismo. Já Basbaum, além de romper com o partido e com o próprio comunismo, deixou uma obra que ainda se pode consultar com proveito (*História Sincera da República*), mas que contém laivos de positivismo e de uma leitura marxista às vezes sectária. Enfim, muitos que romperam com o partido continuaram pensando como ele; já Caio Prado, que nunca rompeu, divergia bastante das diretrizes partidárias (evidentemente sem quebrar a disciplina).

Ora, se é verdade que ele não estava separado da cultura comunista de seu tempo, compartilhando a fé laica no modelo soviético com sua geração, o que explica sua originalidade (para além do talento individual)? Acredito que seja sua condição de intelectual “desclassificado”. Ele não tinha lugar na academia, não só porque ela era incipiente no Brasil, mas também porque, sendo comunista militante, sua entrada nela estava interdita. Se tivesse sido um professor universitário, seu fazer intelectual teria sido restringido pelas formas e limites da investigação acadêmica. E ele não tinha pleno lugar também no partido. Era admirado como intelectual por muitos comunistas, mas não a ponto de suas idéias serem esposadas pela direção. Em 1945 quando alguém perguntou a Prestes se considerava Caio Prado Junior um bom marxista, ele respondeu: “os bons marxistas brasileiros estão em nosso Comitê Central” .

O que importa é que ele não pôde ou não quis se tornar dirigente ou militante profissional. Certamente, tal posição lhe teria rendido maior poder de influência, mas (naquela época) também significaria a perda inevitável de independência intelectual (não porque o partido restringisse suas idéias, mas porque a natureza de qualquer direção política não podia admitir dúvidas, nuances). Destituído de um lugar (ainda que integrando as bases do partido comunista) e contando com uma altíssima formação intelectual (devido à sua origem de classe), ele pôde ir além dos seus pares (tanto os do partido quanto os da universidade). Portanto, não é o talento individual que o explica, mas sim a junção deste com seu deslocamento involuntário e permanente das instituições.

Sua condição de historiador (em primeiro lugar) marxista não derivou apenas do talento nato para a interpretação dos documentos, mas da impossibilidade de resolver uma situação em sua época sem saída (aporética). Qual o problema?

Ele nos revela que a atividade econômica principal do Brasil era movida pelo trabalho escravo e direcionada ao mercado externo, havendo desarticulação entre produção e consumo interno. Uma clara demonstração da ingenuidade da lei de Say (já inadequada também para economias centrais). Essa dupla condição (escravidão e exportação) condicionava o tipo de sociedade que se gestou no Brasil e os obstáculos à sua mudança. A tal ponto que a própria fome (estrutura de longa duração de nossa história) e a pobreza de vínculos sociais conformaram uma sociedade marcada pela desagregação. Fomos uma feitoria disfarçada de sociedade, para usar uma expressão de Caio Prado Junior.

Ou seja, nascemos modernos, com uma empresa globalizada: a tecnologia mediterrânea (outrora, a cana de açúcar viajou lentamente pelas ilhas do Mar Interior) e as mudas das ilhas atlânticas portuguesas se associaram à força de trabalho do Continente Negro. Mas nossa modernidade estava sempre grávida do arcaico. Ora, como traduzir o marxismo para esta realidade? Marxismo implica ação revolucionária. Portanto, a indagação é mais direta: onde encontrar o sujeito histórico da mudança social depois do estudo dessa realidade? Não temos uma classe trabalhadora que evoluiu da servidão da gleba assim como nosso capitalismo não evoluiu de um desenvolvimento espontâneo e endógeno, pois ele veio “de fora” e “por cima” .

Caio Prado Junior formulou o problema: as forças que representam a construção da nação são inorgânicas ao sistema, entretanto, o marxismo clássico não previa que exatamente o inorgânico se tornasse o sujeito revolucionário. Há ecos de Oliveira Vianna na formulação do problema (embora para este autor não se tratava do mesmo problema), pois Vianna enxergava na América portuguesa entre os escravos e os seus senhores uma massa de agregados, clientes e pobres entre os quais prevalecia a mancebia, a instabilidade. Caio Prado Junior via nessa massa “socialmente indecisa”, que vegetava nos interstícios da grande produção exportadora,

um enigma, uma dificuldade, uma aporia e ao mesmo tempo a única base social com a qual os comunistas deviam (mas não podiam) contar.

Este problema traz outro: Caio Prado Junior inseriu nossa história num contexto global desde o início, porém não engendrou soluções na mesma escala global. Ao contrário: deteve-se num nacionalismo econômico muito parecido ao do PCB. Aliás, mesmo o arco de alianças que ele propunha até os anos 50 incluía a “burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para a estruturação de uma economia nacional” .

Todavia, em geral, Caio Prado Junior tinha uma posição bastante singular. Por um lado, ele questionava a postura dos comunistas (depois da Declaração de Março de 1958) de apoiar uma revolução nacional cuja base social seria a burguesia: “Ela não tem interesses próprio e específicos, como classe, que a levem a se opor ao imperialismo. (...) Em suma não se poderá contar com a burguesia brasileira como força propulsora da revolução agrária e nacional” . Foi o que ele escreveu numa série de cinco artigos na Tribuna de Debates aberta pelo Partido Comunista em 1960 para redefinir sua linha política. Por outro lado, Caio Prado não propunha a socialização imediata dos meios de produção: “Concordo inteiramente (...) em que não é possível nas condições atuais do Brasil, a socialização dos meios de produção, (...). Aceito, assim, a possibilidade da evolução e desenvolvimento da economia numa base de natureza capitalista (...). Entre o acerto que consiste em reconhecer a impraticabilidade imediata da revolução socialista no Brasil, e a afirmação de que essa impraticabilidade tem alguma coisa a ver com o caráter progressista do desenvolvimento capitalista entre nós (...) vai um abismo de incompreensão (...)” .

Numa inovadora crítica recente, o professor Mendes asseverou que há uma descontinuidade entre este Caio Prado Junior “nacionalista” e o anterior, “socialista”, o de Evolução Política do Brasil (1933). No “socialista”, o conceito central é o de luta de classes, enquanto a partir de Formação do Brasil Contemporâneo (1942) este conceito seria substituído “por uma política de conciliação entre amplos setores sociais; a concepção de que a libertação almejada era a da nação, ao invés de uma classe; a concepção de que o foco e o estímulo da transformação era o mercado interno; por fim, a concepção de que a transformação social decorreria da ação do Estado” .

Como sói acontecer há ruptura e continuidade. Em ambos os livros a política é apresentada como feição externa das contradições inerentes ao mundo da produção. Os fatos residem na superfície e são “expressão externa”, quando muito o “fermento propulsor” de processos subterrâneos complexos. Em Evolução Política do Brasil os acontecimentos são apenas um “reflexo exterior”. Não que se apagasse a ação dos homens na história, mas era preciso acentuar as condições estruturais sob as quais atuavam. Tanto num livro quanto no outro, o método a rigor é o mesmo: a interpretação dialética. No caso do livro de 1942, evidentemente, este método apresenta-se mais enriquecido por um conhecimento mais profundo da própria realidade brasileira.

É verdade também que Caio Prado Junior almejava a emancipação da nação, mas isso não implica (como vimos) que não projetasse a emancipação de uma classe. Por dois motivos: em primeiro lugar, porque no âmbito do marxismo, a classe operária tinha centralidade na revolução porque era a única classe produtiva (leia-se explorada economicamente no sentido marxista). Da sua importância material derivava a relevância política. Só ela teria interesse

final na abolição do capital. Por isso, ao lutar pela própria emancipação ela teria que obrigatoriamente emancipar toda a humanidade.

Em segundo lugar, a luta nacionalista teria (para Caio Prado Junior) que ser feita não pela burguesia e sim pelo proletariado. É como se a revolução burguesa tivesse que ser feita sem a burguesia, o que não é incomum no pensamento marxista (vide Lenin ou mesmo Florestan Fernandes). Ao emancipar-se como classe, o operariado emanciparia também a nação. E a obra de sua emancipação se daria pela ocupação do Estado. Apesar disso, pode-se questionar se este “nacionalismo proletário” é atual, como veremos.

Embora circunstâncias ocasionais pudessem opor burgueses brasileiros a estrangeiros (como no caso da Matarazzo diante da concorrência desleal de uma empresa norte-americana ou dos gritos de empresários paulistas contra a injusta, de fato, instrução 113 da SUMOC), a historiografia que tratou da evolução do empresariado mostrou que a burguesia brasileira, no seu conjunto, nunca foi antiimperialista. O caso dos frigoríficos citado por Caio Prado Junior é exemplar. Ele quis mostrar que não havia uma burguesia nacional (industrial) e uma burguesia agrária (a favor do imperialismo). Esta até mesmo ignorava o imperialismo. As empresas estrangeiras do ramo frigorífico chegaram ao Brasil durante a Guerra Européia (a Anglo e três grupos de Chicago: Armour, Swift e Wilson). Esses grupos começaram a formar cadeias verticais completas nos anos 30 (tomando conta da invernagem, de matadouros, e destinando a maior parte de suas carnes ao mercado interno). “O controle da invernagem permitia a estas organizações adquirir gado dos criadores a preços cada vez mais baixos”. Na invernagem, o gado era engordado pelas próprias multinacionais. Esse oligopólio alertou a Associação de Criadores e o governo. O Próprio Getúlio Vargas em 1936 tomou medidas em favor dos frigoríficos nacionais. Porém, mesmo aí a crítica nunca foi à presença do capital estrangeiro, mas às suas práticas monopolistas.

Tal apreciação de Caio Prado Junior rendeu-lhe críticas acerbas por parte dos comunistas. Um importante crítico comunista notou que ele “contraria, no exame desta questão, uma das bases teóricas de seu livro, ou seja, de que a agropecuária no Brasil foi formada como prolongamento do sistema colonial para o comércio externo. Se esse sistema persiste, com as modificações que ele admite, como imaginar que ruralistas ignorem o imperialismo?”. Apesar dessa, o livro de Caio Prado não tinha por objetivo negar o combate à burguesia agrária, mas questionar o conceito de burguesia nacional.

Para Caio Prado Junior só o proletariado poderia ser o esteio de uma política revolucionária ou mesmo reformista. Aliás, ele não via antagonismo entre reformas e revolução. Que proletariado?

Conclusão

São dois os problemas legados por sua obra: a aporia do inorgânico que precisa fazer-se portador de uma nova economia (voltada ao interior e não ao exterior) e a contradição entre a historiografia “internacionalista” e as soluções políticas “autárquicas”.

Numa época pretérita, uma geração generosa sonhou o sonho ingênuo do nacionalismo econômico e as soluções autárquicas. Talvez houvesse espaço para tais propostas de um Litz redivivo. No extremo oposto uma minoritária ótica “internacionalista” estabelecia o contraponto. Pela nossa atual dimensão econômica é possível continuar assim e se afirmar como país semi-periférico, aceitando o papel de áulico primeiro dos grandes. Mas talvez, a

combinação das duas coisas seja exatamente a proposta de um modelo capaz de atender as demandas internas, aumentá-las, ao mesmo tempo propugnando o fim das trocas desiguais.

Tal integração exigiria mudar não tanto os conteúdos transacionados, mas a forma (pois os limites ambientais não permitem a universalização do industrialismo). Afinal, vivemos num mundo em que a interdependência não deve ser um castigo e todos devem produzir o que melhor lhe convém e consumir da mesma forma. Não é possível mais um desenvolvimentismo sem peias como Celso Furtado denunciou há muito. O drama não estava tanto na teoria das vantagens comparativas quanto na manutenção da lei do valor em escala internacional.

NOTAS

- 1 - Prado Jr., C. (1954). Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo: Urupês, p. 68.
- 2 - Prado Jr., C. Dialética do conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1969, T. I., p. 13.
- 3 - Ibid., p. 315.
- 4 - Id. Ibid., p. 317.
- 5 - Prado Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 81.
- 6 - Pereira, A. Sem título. fl. 19. Também cópia datilografada com modificações: Pereira, A. Notas à margem de um livro de Caio Prado Junior. Cedem, Unesp, Arch A 2, 6 (1)-13.
- 7 - Vide: Calvino Filho, “O revisionismo econômico que revive”, Novos Tempos, n. 1, Rio de Janeiro, setembro de 1957.
- 8 - Prado Jr., C. “Nacionalismo e desenvolvimento”. Revista Brasiliense, (24): 9-15, jul.-ago, p. 14, 1959.
- 9 - Esta anedota é recorrente nas palestras e aulas de dois historiadores brasileiros: Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota.
- 10 - Peralva, O. O Retrato. Porto Alegre: Ed. Globo, 1962, p. 248.
- 11 - Prado Jr., C. Diretrizes para uma política econômica brasileira. Op. cit., p. 72.
- 12 - Id. Ibid., p. 236.
- 13 - Tribuna de Debates, 22 a 28 de julho de 1960.
- 14 - Tribuna de Debates, 8 a 14 de julho de 1960.
- 15 - Mendes, C. M. M. Política e História em Caio Prado Júnior. São Luís, Uema, 2008, p. 17. O autor não reduz “duas fases” da obra de Caio Prado às qualificações de “nacionalista” ou “socialista”, usadas aqui apenas didaticamente.
- 16 - Prado Jr., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Martins, 1942, p. 5.
- 17 - Prado Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 111.

MOURRO

ISSN 2175-4837

18 - Diniz, E. e Boschi, R. Empresariado nacional e estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 80.

19 - Pomar, Valter. A questão agrária no Brasil e a contra-revolução do sr. Caio Prado. Rio de Janeiro: Alvorada, 1969. Trata-se, na verdade, do jovem Vladimir Pomar.

20 - De cada um segundo suas possibilidades e a cada um segundo suas necessidades, agora em escala internacional.

21 - Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

22 - tradução do Marxismo no Brasil: Caio prado junior